

Medo é necessário, faz sentido. Só não dá para ter medo de ter medo, paralisar e deixar as histórias passarem sem encontrar quem as conte (...). Por mais que você escolha não viver, a vida te agarra em alguma esquina. O melhor é logo se lambuzar nela, enfiar o pé na jaca, enlamear os sapatos. Se quiser um conselho, vá. Vá com medo, apesar do medo. Se atire. Se quiser outro, não há como viver sem pecado. Então, faça um favor a si mesmo: peque sempre pelo excesso.

Eliane Brum

PREFÁCIO

Um grito dos desiguais

Jornalismo é desconforto, medo, susto. É estar inserido na sociedade e, ainda sim, sentir-se um pária. É olhar para o outro e compreender suas dores e angústias. É ser capaz de se indignar e denunciar, mesmo com todos os riscos. Numa belíssima narrativa de viagem, o jovem repórter Matheus Macedo realiza em “Filhos dos rios” uma reportagem social de fôlego, em que todos os elementos do bom jornalismo estão presentes: ética, precisão e humanidade.

Para contar as difíceis histórias das famílias vítimas da miséria e da exploração sexual na região do Marajó, no Pará, o jornalista enfrentou o medo da repressão, a precariedade do transporte fluvial e da infraestrutura local e teve de segurar as lágrimas ao ouvir relatos tão chocantes. Nesse intrincado percurso jornalístico, o bom repórter é sempre o diferencial. Mais do que perguntar, é preciso ouvir.

Ouvir histórias sobre miséria, corrupção, exploração e abuso sexual é uma tarefa árdua e angustiante. O repórter precisou de intenso preparo psicológico para reportar as narrativas

sem se envolver demais com os personagens. Foi um exercício constante de alteridade. Neste sentido, o livro deixa uma grande lição: todo brasileiro precisa compreender que a má distribuição de renda, a exploração econômica e a cultura da corrupção geram boa parte das mazelas da nossa cruel sociedade.

Ao longo do trabalho de campo, o jovem repórter teve, além de força psicológica, altas doses de empatia para colocar-se na pele da ativista Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante, que, mesmo sob constantes ameaças de morte, trava uma batalha diária pelos Direitos Humanos. Destaca-se também o papel da Promotoria de Justiça e de outras instituições locais em iniciativas como a CPI da Pedofilia, que denuncia casos de abuso no Pará há mais de 10 anos.

Mas são as histórias de Maria, Dileia, Socorro e Vanderlei que escancaram a realidade da pobreza extrema que, não raramente, leva à prostituição e ao abuso de crianças e adolescentes. O cotidiano das famílias ribeirinhas de Melgaço e Portel está nas ausências: de moradia decente, de saneamento básico, de energia elétrica, de educação, de saúde. Miséria tamanha que, mesmo com o auxílio de distintos e sucessivos programas sociais, ainda impede condições mínimas de dignidade.

Durante a leitura, uma pergunta incômoda permanece sem resposta: Como uma nação permite que crianças, às vezes com dois anos de idade, sejam abusadas sexualmente nas próprias famílias ou por estranhos em troca de comida?

A obra “Filhos dos rios: pobreza, abuso e exploração sexual de crianças no Marajó (PA)” cumpre, primorosamente, o papel social do jornalismo de incomodar o leitor. Com paixão pela verdade e pela precisão dos fatos, o livro é um alento de humanidade num mundo pautado na desigualdade e na falta de empatia.

*Lilian Crepaldi é jornalista, historiadora,
professora universitária e doutora em Comunicação.*

INTRODUÇÃO

Segundo maior estado do Brasil em território, o Pará ocupa a 24ª colocação entre as 27 unidades federativas brasileiras, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No ranking do IDH, o Pará possui nove municípios com os piores índices de desenvolvimento humano do Brasil, com índice inferior a 0,499, considerado muito baixo.

O Estado possui uma grande concentração de pobreza nos municípios que compõem o Arquipélago do Marajó, a maior ilha fluvial do mundo. Dos 16 municípios do Marajó, seis deles – Melgaço, Chaves, Bagre, Portel, Anajás e Afuá – possuem IDH abaixo de 0,499.

Nessa região, são frequentes os casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Os casos de violência sexual na Amazônia são relatados e denunciados há décadas por ONG's, entidades religiosas e corajosos jornalistas. Entre os anos de 1985 e 1995, o jornalista Gilberto Dimenstein realizou uma série de reportagens sobre o tema na Amazônia legal, que resultou no livro *Meninas da noite*. Após mais de 20 anos, o problema não foi resolvido e ainda ganha as páginas dos veículos de comunicação. As denúncias também já resultaram na abertura da CPI da Pedofilia, em 2008.

Os municípios de Melgaço, considerado o pior do Brasil, com IDH de 0,418, e Portel, com IDH de 0,483, estão entre os 15 piores do país e sofrem com a falta de condições básicas para a sobrevivência da população. É comum encontrar famílias morando em casas de palafitas, sem saneamento básico, energia elétrica, educação e saúde precárias.

CAPÍTULO 1

Combate ao abuso sexual

Quando decidi como temas deste livro a pobreza, o abuso e a exploração sexual na Ilha do Marajó, tinha uma pequena noção das dificuldades que encontraria pela frente. A primeira delas era atravessar o país, em uma distância de quase 3 mil quilômetros de São Paulo, atrás de histórias de vida em uma realidade completamente singular da que vivo.

Não era uma tarefa fácil, mas havia assumido que esse seria meu primeiro grande teste como repórter. Foram longos meses pesquisando, planejando, conversando com jornalistas que tinham feito a mesma viagem que pretendia realizar, pedindo dicas e sugestões.

No dia 11 de maio de 2018, sexta-feira, embarquei em um voo com destino a Belém, capital do Estado do Pará. Havia agendado uma entrevista com a Irmã Henriqueta Cavalcante, uma das principais defensoras dos Direitos Humanos no Pará.

De início, já encontrei um grande desafio. Em contato com Henriqueta, fui informado de que ela estaria disponível

até às 14h de sexta, e que no dia seguinte não estaria mais em Belém, pois viajaria novamente. O voo sairia às 10h20 de São Paulo e a previsão de chegada era às 13h50. Sem condições de reagendar o voo e a entrevista, informei o horário previsto para chegar a Belém. Por sorte ela aceitou me esperar até 14h30, mas não teria muito tempo para conversar.

Você deve ser perguntar: por qual motivo eu atravessaria o país para entrevistar uma única pessoa? Sim, sei que existe e-mail, telefone, redes sociais, mas falar com ela pessoalmente era uma tarefa primordial para a continuação do desenvolvimento da pesquisa, e eu explico.

Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante é freira da Congregação de Nossa Senhora Menina. Nasceu na cidade de Eirunepé, município no Estado do Amazonas, na divisa com o Peru. Henriqueta, como é popularmente conhecida no Pará, tem uma longa caminhada no trabalho com crianças e adolescentes em situação de risco social. Na década de 1990, morou em Belém, no bairro de Terra Firme, em uma casa de acolhimento que cuidava de jovens de gangues locais. Durante uma de suas passagens por São Paulo, dirigiu outra casa no bairro de São Miguel Paulista, Zona Leste da capital, que acolhia crianças vulneráveis e desenvolvia projetos sociais.

No início dos anos 2000, voltou para Belém novamente para trabalhar com os moradores do bairro Terra Firme, dessa vez em um projeto social em parceria com a Fundação Papa João XXIII (Fumpapa)¹. Seu trabalho pastoral chamou a atenção dos bispos, que a convidaram para fazer parte da Comissão Justiça e Paz (CJP), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

¹ A Fundação Papa João XXIII desenvolve atividades de amparo e proteção de populações que vivem em situação de risco pessoal e social pela pobreza, abandono ou isolamento familiar. Além disso, ela atende casos de maus-tratos físicos, psíquicos, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, trabalho infantil, entre outras ações que violam os direitos do indivíduo.

Atualmente coordenadora da CJP, Henriqueta se tornou referência no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no Pará. O ano de 2008 foi um dos momentos cruciais em seu trabalho. Junto a Dom José Luiz Azcona Hermoso, na época bispo da Prelazia do Marajó, foram feitas dezenas de denúncias de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, além do tráfico de pessoas interestadual e internacional. O grande número de denúncias resultou na abertura da CPI da Pedofilia.

O papel ativo de denunciante trouxe consequências para Henriqueta. Pessoas próximas a ela afirmam que as ameaças de morte se tornaram frequentes. O medo de represálias fez com que Henriqueta se tornasse uma pessoa mais cautelosa no contato com desconhecidos.

Era preciso “cativá-la” para conseguir sua confiança e, assim, obter o auxílio que necessitava para realizar este livro. Além disso, a Irmã costuma viajar muito pelos municípios do Pará, tendo pouco tempo para se atentar ao celular ou e-mail.

A ida a Belém era a única maneira de mostrar que o tema valia a pena. Mas, para isso, tinha primeiro que vencer uma batalha contra o tempo. Calculei quanto tempo levaria do aeroporto até o prédio da CNBB, onde ela estaria me esperando: cerca de 15 minutos. Cheguei na capital paraense no horário previsto, mas não contava com a demora para desembarcar. Para não dizer que estava sem sorte, Leonardo, um amigo morador de Belém que estava me ajudando, me esperava para me levar até o local.

Passava das 14h. Ao abrir a porta do avião já era possível sentir o calor e a umidade do Pará. O clima equatorial predomina durante todo o ano. Diferente do sul do país, só existe duas estações: o verão, de julho a dezembro; e o inverno, de dezembro a junho. Apesar de ser denominado “inverno”,

raramente a temperatura fica abaixo de 23 graus. O inverno amazônico é conhecido pelas muitas chuvas.

Encontrei Leonardo no saguão do aeroporto. Tivemos pouco tempo para apresentações, logo partimos para a sede da CNBB. Chegamos por volta das 14h25: meu tempo estava esgotado, acreditava que minha viagem tinha sido em vão.

Talvez seja sorte, não sei no que você acredita, eu diria providência divina. Naquele dia Henriqueta estava participando de uma reunião com juízes e autoridades e o encontro se estendeu. Ela também se atrasou, chegamos juntos.

Apresentamo-nos e ela disse que me receberia. Aconteceram mudanças de planos e ela só viajaria na segunda-feira. Enquanto me apresentavam o prédio da CNBB, ela se reunia em sua sala com uma mulher.

Enfim, íamos conversar. Entrei na sala da Comissão, um espaço simples, com móveis de madeira e uma mesa grande ao centro utilizada para reuniões. Junto conosco estava Leila, mãe de uma vítima de abuso sexual. Expliquei com calma o motivo de estar ali. Sem demora, Henriqueta fez um panorama de sua trajetória à frente da CJP.

Há quase 20 anos no Estado do Pará, a Comissão tem um papel incisivo e de muita representatividade política no Estado, com ações especialmente relacionadas aos direitos humanos.

– Durante as investigações, fomos desvendando uma série de crimes que não estavam voltados só para a violência sexual, mas outras ligações criminosas como o tráfico de pessoas, armas e drogas. Descobrimos diversos atores envolvidos, desde o feirante até policiais, políticos, autoridades e profissionais de várias áreas. Foram muitas pessoas presas – relata.

Conforme as investigações por todo o Estado, a população tomou conhecimento da CPI, resultando num aumento no número de denúncias.

O Pará possui 144 municípios, divididos em 12 regiões de integração. O relatório da CPI aponta que foram recebidas, por meio de diversos órgãos, 843 denúncias de abuso e exploração sexual cometidos contra crianças e adolescentes. Foram realizadas 148 investigações, a comissão visitou 47 municípios, solicitou 25 prisões, sendo seis deferidas imediatamente na própria sessão. Foram apuradas denúncias feitas entre os anos de 2004 e 2008.

No entendimento da CPI, o mais grave após o levantamento é que em cada um dos 47 municípios visitados ocorreram em média 36 casos de violência e abuso sexual. Multiplicando esse número pelo total de municípios que compõe o Estado, o número pode chegar a 5.148 casos de abuso sexual. Levando em conta os cinco anos de investigações da CPI, o total de casos ocorridos passa dos 25 mil. Portanto, para cada caso notificado, quatro não são registrados. A CPI projetou que podem ter acontecido nesse período cerca de 100 mil casos de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes.

– Nessa época, surgiu o caso da Leila. Ela é do município de Curalinho, no Marajó. A filha dela foi abusada aos 14 anos por um vizinho, o que resultou em uma gravidez, e a criança nasceu, pois a mãe não permitiu que ela abortasse – narra.

O relatório da CPI listou relatos de 80 casos de abusos e exploração sexual contra menores. O documento traz trechos de denúncias feitas por Dom José Azcona, apontando que a Região do Marajó, especialmente nos municípios de Portel e

Breves, ocorrem atividades intensas de exploração sexual de crianças e adolescentes por meio do aliciamento e consequente tráfico interestadual e internacional.

(...) Em Breves, toda a orla é indicada por moradores como local de concentração de adolescentes exploradas sexualmente. Toda a orla, conhecida pelos moradores do local. É algo notório, é uma realidade pública, qualquer um pode ir lá comprovar, a área é escura sem policiamento e com cenário bastante incentivador de situações de abuso e exploração em função da circulação constante de crianças e jovens no interior de barcos ancorados, bares, pequenos restaurantes, barracas de venda de comida e bebida, vinte e quatro horas por dia, como em Portel. Há vários relatos de exploração, abuso e tráfico de seres humanos para fins sexuais, por meio de barcos, em função da grande circulação de crianças e adolescentes entre as embarcações. (PARÁ, 2010, p. 15)

Henriqueta conta que a CPI da “Pedofilia” recebeu este nome para suavizar o problema, que era ainda maior.

– Ela foi batizada com esse nome, mas o problema era bem maior! Era abuso, exploração, turismo sexual, além da pedofilia – diz, em tom de indignação.

Com o fim da CPI, a CJP avançou no enfrentamento do crime no Estado do Pará.

– Hoje nós temos um comitê estadual para os casos de violência sexual e tráfico de pessoas. Isso tudo devido nossa insistência em cobrar por planos definidos – conta.

O trabalho efetivo vem gerando frutos e ganhando visibilidade em outros estados e em outros países.

– A comissão se tornou um organismo que cobra e vigia o governo ou ela também recebe denúncias? – pergunto.

Henriqueta é enfática na resposta. – Somos um espaço onde nossas portas sempre estão abertas para realizar o procedimento de denúncia. Quase todos os dias recebemos casos vindos do conselho tutelar ou da própria população do Estado todo.

O trabalho realizado por ela e por uma equipe de cerca de quinze pessoas hoje não está desamparado. A Comissão possui parcerias por meio de termos de cooperação técnica com instituições no Estado: o Ministério Público, por meio da Ouvidoria e da Vara da Infância e da Juventude e o Tribunal Regional Eleitoral, pois a CJP também trabalha no combate à corrupção eleitoral.

Com semblante quase sempre muito sério, Henriqueta fala com autoridade sobre os problemas dos povos nativos da Amazônia, que ela conhece e convive diariamente. Seu rosto já mostra os sinais da idade. Apesar da baixa estatura e aparente fragilidade, Henriqueta demonstra a sua força e coragem na sua fala séria e consistente.

Peço a ela que conte sobre o início de suas viagens pelo Estado durante as investigações da CPI.

– A população foi muito corajosa, mas foi uma época muito desgastante para mim – avalia. Um dos momentos mais difíceis, segundo ela, foram as viagens constantes: emagreceu, quase não comia e não dormia. Além disso, fazia a ponte entre população e parlamentares.

– Eu ficava enlouquecida, principalmente quando os casos estavam envolvidos com grandes redes de exploração.

Ela narra a história com voracidade, como se estivesse contando um fato de dias atrás. – Nossa, eu ficava de olhos muito atentos para que os parlamentares não deixassem de fazer o seu dever. Eu vigiava 24h! – destaca. Batendo a mão sobre a mesa, prossegue: – Ei! Bora lá, e esse caso aqui? Cadê o procedimento?

Durante boa parte de sua vida, Henriqueta denunciou diversos tipos de caso, desde abuso, passando pela exploração

sexual e tráfico de pessoas. Ao longo dos anos, ouviu centenas de relatos de vítimas, familiares e outras pessoas que estavam dispostas a denunciar.

– Costumava me questionar como seria lidar com a realidade cruel que os ribeirinhos convivem diariamente nos rios da Amazônia. Ler casos já tornava a situação extremamente revoltante: ouvir cara a cara me gerava indignação.

Diante de mim estava uma figura que, na minha concepção, deve ter um psicológico muito bem preparado, e isso me gerava curiosidade.

– Você está sempre em contato com histórias, que são revoltantes e tristes. Como você lida com seu psicológico, como você recebe tudo isso? – questiono.

Atenta, ela prontamente confessa que até hoje é preciso tomar cuidado. Um trabalho pesado, vivido 24h por dia, sem sábados e domingos, dia e noite a serviço.

– É um trabalho que exige uma abnegação, uma doação enorme e a gente tem que se cuidar. Porque aqui nós recebemos pessoas em situação de degradação existencial. Ela vem miserável, humanamente e psiquicamente destruída – relata.

No dia a dia, ela vende camisetas para ajudar financeiramente no transporte das vítimas até Belém, além de enviar comida para famílias no interior do Pará. Mas ela ressalta que precisa se cuidar para não adoecer e continuar trabalhando.

– A senhora pensa em parar? – pergunto a ela.

– Parar não, mas acho que devo dar espaço para outras pessoas. No momento eles não querem que eu saia, pelo fato de eu ser muito respeitada pelas instituições. Dizem que devo esperar um pouco, até porque estamos vivendo um momento de muita violência – conta.

Henriqueta acredita que Deus tem sido generoso com ela e diz o que costuma pedir a Ele. – Peço a graça de nunca trair essas pessoas e defende-las até as últimas consequências, até mesmo tendo que sofrer por conta disso – afirma. Devido às ameaças que sofre, Henriqueta foi incluída no programa de proteção da Defensoria de Direitos Humanos.

De acordo com Henriqueta, há organizações criminosas em todo o Pará que fazem do sexo um comércio. Nos casos recorrentes no Pará, a troca pelo sexo é feita de diversas maneiras, desde uma bala, até roupa, dinheiro, calçado, viagem e estudo. Segundo ela, dentro das escolas, os professores trocam favores, como nota, por relações sexuais com alunas.

– Você viaja pelos interiores e a maioria das pousadas e hotéis fazem negociações – revela. A negociação é feita com o moto-taxista, donos de hotéis, dos pequenos aos grandes. Além de acontecer dentro dos barcos.

– Irmã, durante minha pesquisa ouvi falar muito das balseiras... – não consigo terminar minha pergunta, ela emenda – Hoje, eu não falo mais esse termo, porque é uma denominação muito triste! Hoje mesmo eu falei sobre isso na reunião. Cobrei os delegados da Polícia Federal e as secretarias. O que vocês vão fazer com essas crianças que estão sendo exploradas? Precisa ter investigação! Teve investigação, teve flagrante? Tem que prender! Pegando as crianças, o que vocês vão fazer? Para onde vão levá-las? Qual alternativa que tem? Vão devolver para a mãe, para a mãe devolver de novo para aliciador? – dizia indignada.

– Na beira do rio não tem outra alternativa, você vai para esses municípios e a população não tem escolha. Um jovem como você não tem alternativa, não tem trabalho. Só trabalha quem tem emprego na prefeitura. Em algumas regiões é no extrativismo. As crianças estão abandonando a escola

por causa da rotina das balsas, se tornou o meio de sobrevivência – declara.

Conforme dados revelados pela Irmã, hoje 89% dos casos de abuso sexual acontecem no âmbito familiar. O perfil do abusador em sua maioria é: padrasto, avô, tio ou irmão. Outro número aponta que 47% dos casos denunciados e apurados ocorrem com crianças de 2 a 4 anos de idade. A denúncia é feita por parte da própria família. Em alguns casos, os vizinhos. Segundo Henriqueta, é frequente mães encobrirem e protegerem o agressor pelo fato de ser o mantedor da casa.

O Ministério da Saúde divulgou em junho o boletim Epidemiológico que aponta um aumento de 83% nas notificações gerais de violências sexuais contra crianças e adolescentes entre os anos de 2011 e 2017. Incluem-se como violência sexual os casos de assédio, estupro, pornografia infantil e exploração sexual. O Ministério da Saúde acredita que apesar do aumento de notificações nesse período, muitos casos não são notificados.

De acordo com o relatório produzido pelo SINAN² (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45%) contra adolescentes. Número semelhante ao do Balanço do Disque 100, principal ferramenta de denúncia dos direitos humanos no país, que registrou 183.644 casos de violência sexual no mesmo período.

O maior número de casos de violência sexual acontece com crianças entre 1 e 5 anos (51,2%). Entre os adolescentes, a faixa etária é entre 10 e 14 anos (67,8%).

² SINAN é um sistema alimentado por notificações e investigações de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória, entre elas a violência sexual contra crianças e adolescentes. O SINAN recebe suas notificações através do SUS e são registradas nas secretarias municipais de saúde.